

Memorando Circular nº 005/2022 - PROGEP

Santa Maria, 04 de abril de 2022.

Aos Docentes em Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva

**Assunto: orientações quanto à possibilidade de docente em regime de DE ministrar aulas em outras Instituições de Ensino**

Considerando diversos questionamentos recebidos sobre a possibilidade de docente em regime de trabalho de dedicação exclusiva ministrar aula em outra instituição de ensino, essa Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas realizou consulta à Procuradoria Federal junto à UFSM que exarou o DESPACHO n. 00100/2022/PROJUR/PFUFISM/PGF/AGU (em anexo), com as orientações que destacamos a seguir.

**1. Os docentes com regime de dedicação exclusiva podem dar aulas em Programas de Pós-Graduação lato senso em Instituições Privadas, com ou sem remuneração?**

É vedada a participação mediante o recebimento de remuneração, conforme exposto nos itens 11 e 12 da NOTA nº 0186/2021/PROJUR/PFUFISM/PGF/AGU, itens 11 e 12 da NOTA nº 0187/2021/PROJUR/PFUFISM/PGF/AGU e item 6 da COTA n. 00115/2021/PROJUR/PFUFISM/PGF/AGU.

**2. Os docentes com regime de dedicação exclusiva podem dar aulas em Programas de Pós-Graduação lato senso em Instituições Públicas, Estaduais e Federais, com ou sem remuneração?**

Com remuneração é permitido apenas para docentes estáveis no cargo em colaboração a outra instituição federal de ensino ou de pesquisa e mediante autorização do Reitor em acordo firmado no âmbito de projeto ou convênio com prazos e finalidades objetivamente definidos (conforme art. 30, inciso II e § 1º, da Lei nº 12.772/2012).

Ressaltamos ainda que a RESOLUÇÃO N. 018/2019 dispõe sobre as atividades do Magistério Federal da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e deve ser amplamente observada por todos os docentes da Instituição.

Atenciosamente,



Daniel Arruda Coronel

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS  
JURÍDICO

AV. RORAIMA, 1000, ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UFSM, REITORIA, SALA 757. BAIRRO CAMOBI. SANTA MARIA - RS.

---

**DESPACHO n. 00100/2022/PROJUR/PFUFMSM/PGF/AGU**

**NUP: 23081.025930/2022-32**

**INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM**

**ASSUNTOS: ENQUADRAMENTO**

1. Em atenção ao solicitado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Memorando nº 018/2022–PROGEP, com base nas manifestações consultivas anteriores (cópias anexas), pode-se responder que:

1. *Os docentes com regime de dedicação exclusiva podem dar aulas em Programas de Pós-Graduação lato senso em Instituições Privadas, com ou sem remuneração? É vedada a participação mediante o recebimento de remuneração, conforme exposto nos itens 11 e 12 da NOTA nº 0186/2021/PROJUR/PFUFMSM/PGF/AGU, itens 11 e 12 da NOTA nº 0187/2021/PROJUR/PFUFMSM/PGF/AGU e item 6 da COTA n. 00115/2021/PROJUR/PFUFMSM/PGF/AGU.*
2. *Os docentes com regime de dedicação exclusiva podem dar aulas em Programas de Pós-Graduação lato senso em Instituições Públicas, Estaduais e Federais, com ou sem remuneração? Com remuneração é permitido apenas para docentes estáveis no cargo em colaboração a outra instituição federal de ensino ou de pesquisa e mediante autorização do Reitor em acordo firmado no âmbito de projeto ou convênio com prazos e finalidades objetivamente definidos (conforme art. 30, inciso II e § 1º, da Lei nº 12.772/2012).*<sup>[1]</sup>

2. É o entendimento e a orientação.

3. À PROGEP, em devolução.

Santa Maria, 21 de março de 2022.

**Rubem Corrêa da Rosa**  
Procurador-Chefe da PF/UFSM  
Matrícula 1553186 - OAB/RS 57.855

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23081025930202232 e da chave de acesso eaa91278

1. <sup>^</sup> Art. 30. O ocupante de cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, sem prejuízo dos afastamentos previstos na [Lei nº 8.112, de 1990](#), poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para: I - participar de programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição; [\(Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013\)](#) II - prestar colaboração a outra instituição federal de ensino ou de pesquisa, por período de até 4 (quatro) anos, com ônus para a instituição de origem; e III - prestar colaboração técnica ao Ministério da Educação, por período não superior a 1 (um) ano e com ônus para a instituição de origem, visando ao apoio ao desenvolvimento de programas e projetos de relevância. § 1º Os afastamentos de que tratam os incisos II e III do caput somente serão concedidos a servidores aprovados no estágio probatório do respectivo cargo e se autorizado pelo dirigente máximo da IFE, devendo estar vinculados a projeto ou convênio com prazos e finalidades objetivamente definidos. § 2º Aos servidores de que trata o caput poderá ser concedido o afastamento para realização de programas de mestrado ou doutorado independentemente do tempo de ocupação do cargo. § 3º Ato do dirigente máximo ou Conselho Superior da IFE definirá, observada a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação, com ou sem afastamento do servidor de suas funções.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS  
JURÍDICO

AV. RORAIMA, 1000, ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UFSM, REITORIA, SALA 757. BAIRRO CAMOBI. SANTA MARIA - RS.

**NOTA n. 00034/2020/PROJUR/PFUFISM/PGF/AGU**

**NUP: 00887.000571/2019-34**

**INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM**

**ASSUNTOS: PROFESSOR. REGIME DE TRABALHO. LIMITAÇÕES.**

**1. DA CONSULTA**

1. Trata-se de consulta encaminhada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), via Memorando nº 918/2019, sobre a possibilidade legal de professores dos quadros da instituição em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais com dedicação exclusiva (DE) serem sócios cotistas de empresa de tecnologia a ser constituída, conforme exigência de edital de agência de fomento.
2. Aportando a documentação nesta Procuradoria Federal, restou procedido o registro e autuação sob a numeração em epígrafe.
3. Após, em reunião de assessoramento jurídico, sobreveio consulta similar por parte da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (AGITTEC) da UFSM.
4. É o breve relato.

**2. DA ANÁLISE JURÍDICA**

5. Preliminarmente, sinala-se que a presente nota toma por base os elementos que constam na documentação anexada, sendo que, à luz do artigo 131, da Constituição Federal de 1988, e dos artigos 11 e 18 da Lei Complementar nº 73/1993 e do artigo 10 da Lei nº 10.480/2002, incumbe a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União prestar consultoria sob o prisma jurídico e em auxílio ao controle da legalidade dos atos, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, ainda que sobre estes aspectos possa se manifestar.
6. Em relação ao mérito, considerando os termos da Portaria AGU nº 1.399/2009, a presente manifestação jurídica será exarada por intermédio de nota por esta Procuradoria Federal, sendo concluída na presente data em função do déficit de Procuradores em exercício em cotejo com a lotação ideal da unidade.
7. Passa-se à análise.

**3. DO MÉRITO - FUNDAMENTAÇÃO**

**3.1 Questionamento da PROGEP**

8. De início, pede-se vênica para rememorar o entendimento contido na **Nota nº 58/2016/PFUFISM/PGF/AGU**, da lavra do Procurador Federal Virgínio Pereira Neves Filho, que apreciou consulta similar da seguinte forma:

"(...)

5. Sobre o assunto, o inciso X, do artigo 117, da Lei nº 8.112/90, que trata das proibições ao servidor público federal, assim dispõe, *in verbis*:

**Art. 117. Ao servidor é proibido:**

(...)

**X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)**

(...)

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos: (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses.

(grifou-se).

6. Sobre o assunto, também cabe trazer à colação o Enunciado nº 11 do Grupo de Trabalho responsável por elaborar as Diretrizes para o Assessoramento Jurídico em Matéria Disciplinar da AGU, *verbis*:

*Configura a falta disciplinar prevista no art. 117, inciso X, da Lei nº 8.112/90, o exercício de fato da gerência ou administração pelo servidor público, de sociedade privada personificada ou não personificada, em concomitância com o desempenho de cargo público.*

#### **FUNDAMENTAÇÃO**

O Enunciado visa a uniformizar entendimento quanto à questão da participação societária do servidor público, na qualidade de sócio gerente ou administrador, em sociedade privada, diante da divergência de entendimentos verificada no âmbito dos órgãos de assessoramento jurídico, de forma que a penalidade de demissão, prevista no art. 132, inciso XIII, da Lei nº 8.112/90, somente seja aplicada quando se comprovar, no curso da investigação disciplinar, o exercício de fato da administração da sociedade, não bastando a mera constatação do nome do servidor como sócio gerente ou administrador nos atos constitutivos.

Evita-se, assim, a aplicação da pena expulsória para aquelas situações em que houve dissolução irregular da sociedade, assim como o fechamento do estabelecimento empresarial ou a extinção do conjunto de bens destinados à exploração da atividade societária, antes do ingresso do servidor público no cargo.

7. Relativo à situação em pauta, podemos constatar pelo dispositivo acima transcrito, que o servidor público federal, independentemente de seu regime de trabalho, não poderá participar de gerência ou administração de sociedade e exercer o comércio, **salvo na condição de acionista, cotista ou comanditário.**

8. Desse modo, não poderá administrar, emitir laudos técnicos e/ou assinar pela empresa, ***concluindo pela possibilidade da sua participação em empresa privada nas hipóteses excetadas pela lei.***

(...)" (grifos no original).

9. Assim, resta clara a vedação legal ao servidor público federal a administração ou gerência de sociedade privada, personificada ou não personificada, conforme artigo 117, X, da Lei nº 8.112/1990 (que *Dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais* - RJU).

10. E o disposto na redação desse artigo 117, inciso X, do RJU refere-se, salvo melhor juízo, às sociedades do ramo empresarial, que podem ou não ser empresárias, personificadas ou não. Isto porque, desde a publicação da Lei nº 8.112/1990, a redação deste inciso traz aspectos referentes ao direito comercial e empresarial.

11. A seu turno, importante esclarecer que **o regime de trabalho com dedicação exclusiva (DE) igualmente não admite a atuação do servidor docente como responsável técnico de empresa**. Nesse sentido, tem-se a esclarecedora ementa e trecho do voto do acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), *in verbis*:

**TCE. VIOLAÇÃO DO REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA POR DOCENTES DA UNIFESP. CONTAS IRREGULARES E CONDENAÇÃO EM DÉBITO DO REITOR E DO PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO. CIÊNCIA À UNIVERSIDADE DOS DEMAIS CASOS.**

1. É vedado ao docente de ensino superior, submetido ao regime de dedicação exclusiva, o exercício de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada.

2. **O docente que desejar, sempre sem prejuízo de sua jornada de trabalho normal, exercer outras atividades de caráter não esporádico deverá optar, quando juridicamente possível e do interesse da Administração, pelo regime parcial de 20 horas semanais ou pelo regime integral de 40 horas semanais sem exclusividade de dedicação, com a consequente perda do acréscimo remuneratório devido à dedicação exclusiva.**

3. **É vedado ao servidor público participar de gerência ou administração de sociedade privada e exercer o comércio**, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

(...)

28.12 Entretanto, a Responsabilidade Técnica, em acordo a Resolução CFM 1.716/04, da sociedade perante o CREMESP fica a cargo da Sra. M. S. F.. Além disso, o endereço da sociedade coincide com o endereço residencial da responsável (...).

28.13 Querer afastar uma efetiva participação da responsável na empresa SPL Médicos Associados Ltda., como pretende o seu patrono na peça apresentada, a nosso ver, é por demais desarrazoado.

28.14 Dando continuidade a Análise dos argumentos produzidos e com vistas a reforçar o nosso ponto de vista no sentido que a responsável participou de forma efetiva na administração da referida sociedade, permitimo-nos transcrever abaixo assertiva do advogado da responsável para, em momento seguinte, expor e fundamentar opinião contrária (fl. 166 do Anexo 13):

"Representar perante o CREMESP, ou em qualquer outro órgão, quer de natureza pública ou privada, significa quem efetivamente, responderá, em eventual situação, pela entidade. Apenas isso. Qualquer outra interpretação, data vênica, será ilação desfundamentada." (destaque nosso).

28.15 Ao ser a responsável técnica da sociedade perante o CREMESP, em acordo a Resolução CFM 1.716/04, a Sra. Maria Stella Figueiredo responde eticamente por todas as informações prestadas perante o referido Conselho e esta responsabilidade somente cessa quando aquela autarquia tomar conhecimento do afastamento do médico responsável técnico, mediante sua própria comunicação escrita (arts. 9 e 10, CFM 1.716/04).

28.16 Também, em caso de impedimento, suspensão ou demissão do diretor técnico, a empresa, instituição, entidade ou estabelecimento promoverá a substituição do diretor técnico no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do impedimento, suspensão ou demissão, comunicando este fato ao Conselho Regional de Medicina - em idêntico prazo, por meio de requerimento próprio assinado pelo profissional médico substituto, sob pena de suspensão da inscrição - e, ainda, à Vigilância Sanitária e demais órgãos públicos e privados envolvidos na assistência pertinente (art. 11, CFM 1.716/04).

28.17 E mais, ao médico responsável técnico que também fizer parte do corpo societário da empresa somente é permitido requerer baixa da responsabilidade técnica mediante requerimento próprio informando o nome e número de CRM de seu substituto (art. 12, CFM 1.716/04)

28.18 A responsabilidade técnica perante o CREMESP, ou outro Conselho de Medicina, não "(...) significa quem efetivamente, responderá, em eventual situação, pela entidade. Apenas isso.", como assevera o advogado da Sra. Maria Stella Figueiredo.

28.19 Como se depreende é muito mais. A ausência da figura do diretor técnico em uma sociedade, cujo objeto social seja de prestar ou administrar serviços médicos, pode suspender a sua inscrição e impedir o funcionamento da empresa.

28.20 Portanto, no nosso modo de ver, **a participação da responsável na sociedade não tem caráter eventual nem esporádico, e não pode ser enquadrada entre as participações permitidas ao docente DE fora do âmbito da IFES.**

28.21 Posto isso, entendemos que as alegações apresentadas não merecem ser acatadas e, por conseguinte, as contas da responsável devem ser julgadas irregulares.

(...)

12. Em suma, é proibido ao servidor público, ainda que não esteja em regime de dedicação exclusiva ou integral ao serviço, o exercício direto de atividades empresariais e a gerência ou administração de empresas (artigo 117, X, Lei nº 8.112/1990), sendo que a atuação como responsável técnico de empresas ou sociedades não lhe é vedado, desde que não prejudique o exercício das atribuições funcionais no serviço público, nem caracterize conflito de interesses (Lei nº 12.813/2013).

13. Porém, ao servidor docente em regime de dedicação exclusiva, conforme se vislumbra do aresto supracitado, não é possível atuar como responsável técnico de empresa. E, na condição de acionista ou cotista, poderá receber os dividendos que lhe sejam devidos segundo a legislação do direito empresarial.

14. Por sua vez, sabendo-se que o pagamento de *dividendos*, rubrica que decorre da distribuição do lucro entre sócios ou cotistas de empresa, não se confunde com o *pró-labore*, que por sua vez necessariamente exige o exercício de atividade na empresa, no regime de dedicação exclusiva (DE) ao professor do magistério federal somente é viável a percepção daquela primeira rubrica, pois não exige o exercício da atividade remunerada para a sua obtenção. As demais servidores, somente é vedado o *pró-labore* gerado como retribuição pela execução de funções de gerência ou administração da empresa.

15. Outrossim, rememore-se que as exceções legais ao exercício de outra atividade remunerada ao servidor docente com DE estão inseridas no rol do artigo 21 da Lei nº 12.772/2012.

16. Nesse sentido, nos requerimentos de autorização de participação de servidores docentes em regime de dedicação exclusiva das instituições federais de ensino (IFE's) em atividades diversas remuneradas, aplica-se o regramento do **artigo 21 da Lei nº 12.772/2012** (que *Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal*), cujo rol de incisos permite a realização de palestras e de atividades em projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional junto às fundações de apoio da universidade, assim como a colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica e a percepção de bolsas de ensino, pesquisa, extensão, estímulo à inovação, desempenho e qualificação. Veja-se a redação desse artigo 21:

**Art. 21. No regime de dedicação exclusiva, será admitida, observadas as condições da regulamentação própria de cada IFE, a percepção de:**

I - remuneração de cargos de direção ou funções de confiança;

II - retribuição por participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas ao ensino, pesquisa ou extensão, quando for o caso;

III - bolsa de ensino, pesquisa, extensão ou estímulo à inovação paga por agência oficial de fomento, por fundação de apoio devidamente credenciada por IFE ou por organismo internacional amparado por ato, tratado ou convenção internacional; (Redação dada pela Lei nº 13.243, de 2016)

IV - bolsa pelo desempenho de atividades de formação de professores da educação básica, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil ou de outros programas oficiais de formação de professores;

V - bolsa para qualificação docente, paga por agências oficiais de fomento ou organismos nacionais e internacionais congêneres;

VI - direitos autorais ou direitos de propriedade intelectual, nos termos da legislação própria, e ganhos econômicos resultantes de projetos de inovação tecnológica, nos termos do art. 13 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;

VII - outras hipóteses de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, pagas pelas IFE, nos termos de regulamentação de seus órgãos colegiados superiores;

**VIII - retribuição pecuniária, na forma de pro labore ou cachê pago diretamente ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente;**

IX - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 1990;

X - Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, de que trata o art. 7º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)

XI - retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)

XII - retribuição pecuniária por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica, devidamente



autorizada pela IFE de acordo com suas regras. (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013)

§ 1º **Considera-se esporádica a participação remunerada nas atividades descritas no inciso VIII do caput, autorizada pela IFE, que, no total, não exceda 30 (trinta) horas anuais.**

§ 2º Os limites de valor e condições de pagamento das bolsas e remunerações referidas neste artigo, na ausência de disposição específica na legislação própria, serão fixados em normas da IFE.

§ 3º O pagamento da retribuição pecuniária de que trata o inciso XI do caput será divulgado na forma do art. 4º-A da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

§ 4º **As atividades de que tratam os incisos XI e XII do caput não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, a 8 (oito) horas semanais ou a 416 (quatrocentas e dezesseis) horas anuais.** (Redação dada pela Lei nº 13.243, de 2016)  
(grifou-se).

17. Logo, para fins de participação de servidores docentes em regime de dedicação exclusiva na realizações de palestras, conferências etc., ou prestação de serviços de consultoria, no processamento da autorização pela UFSM, além da avaliação da ausência de prejuízo ao serviço, deve ser analisado o enquadramento legal e seus limites.

18. Além da possibilidade de percepção das diversas espécies de bolsas (art. 21, incisos III, IV, V e VII, da Lei nº 12.772/2012) e das demais exceções do rol supracitado, os servidores docentes em regime de dedicação exclusiva também poderão, **uma vez autorizados pelas IFES**, em não havendo prejuízo às suas atividades laborais, receber retribuição pecuniária na realização de atividades, **em caráter eventual**, de palestras ou em projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão relacionados com as fundações de apoio, ou na colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de sua especialidade, incluindo a inovação tecnológica (art. 21, incisos XI e XII, da Lei nº 12.772/2012). O limite para essas atividades, computadas isoladamente ou em conjunto, é de 8 (oito) horas semanais ou 416 (quatrocentas e dezesseis) horas anuais, desde que justificadas e autorizadas pela IFE (art. 21, §4º, da Lei nº 12.772/2012), e de 30 (trinta) horas anuais para palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente.

19. Com base na legislação de regência, infere-se que a **regra é a vedação do exercício de atividades remuneradas** diversas, públicas ou privadas, aos servidores docentes em regime de dedicação exclusiva, nos termos do artigo 20, § 2º, da Lei nº 12.772/2012, **cabendo ao artigo 21 dessa mesma Lei trazer as exceções** a esse dispositivo, *in verbis*:

Art. 20. (...)

§ 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva **implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.**

(grifou-se).

20. Importante gizar que as exceções do rol do artigo 21 da Lei nº 12.772/2012 supra transcrito possuem limites e condições de atendimento, uma vez que os servidores docentes em regime de dedicação exclusiva somente poderão desempenhar algumas atividades se houver autorização pelas IFES de acordo com os seus regimentos, pressupondo a inexistência de prejuízo para a instituição que os remunera, no que se inclui o recebimento de retribuição pecuniária na realização de colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de sua especialidade, incluindo a inovação tecnológica, de acordo com os limites fixados. O mesmo se diga em relação aos limites para participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente.

21. Desde que observados esses parâmetros, requisitos e limites legais, uma vez tramitado o pedido e autorizado pela UFSM, de acordo com seu regulamento (Resolução nº 18/2019 - *Dispõe sobre as atividades do Magistério Federal da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e revoga a Resolução N. 007/2018*), mostra-se possível o exercício dessas atividades esporádicas por servidor docente interessado, desde que não haja prejuízo às atribuições funcionais.

22. Em suma, se o servidor percebe a rubrica correspondente ao regime de dedicação exclusiva, tendo firmado declaração expressa nesse sentido junto à instituição pública federal de ensino quanto de sua posse, deve atentar para o seu cumprimento, ressalvadas, obviamente, as exceções legais, previstas no rol taxativo do artigo 21 da Lei nº 12.772/2012.

23. Feitas essas considerações, em resposta ao questionamento da PROGEP, **infere-se** a possibilidade legal de professores do magistério federal em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais com dedicação exclusiva (DE) serem sócios cotistas de empresa de tecnologia a ser constituída nos termos de edital de agência de fomento, mas



desde que não exerçam a gerência nem a administração da empresa, que pode ser conferida a terceiro, tampouco atuem como responsáveis técnicos da empresa.

### 3.2 Questionamentos da AGITTEC

24. Neste ponto, adentrando-se nos questionamentos da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (AGITTEC), tem-se que a *primeira* pergunta, acerca dos limites de participação de docentes como sócio de empresas, restou respondida no subtítulo anterior.

25. A *segunda*, por sua vez, em relação ao exercício de atividades de pesquisa na Universidade e de atividades em empresas para servidores que não estejam no regime de dedicação exclusiva, para evitar conflito de interesses deve-se observar o regramento da Lei nº 12.813/2013 (Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego), em especial evitar as situações descritas em seu artigo 5º, *verbis*:

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento.

26. Por sua vez, havendo dúvidas sobre a situação, deverá ser formulada consulta sobre a existência de conflito de interesses e, conforme o caso, pedido de autorização para o exercício de atividade privada, nos termos da Portaria Interministerial nº 333/2013/MPOG/CGU, que deverão ser dirigidos à unidade de gestão de pessoas da autarquia federal onde o servidor público esteja em exercício (art. 4º).

27. Na mesma senda, recomenda-se observar os regramentos do *Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*, aprovado pelo Decreto nº 1.171/1994.

28. *Terceiro*, não é possível ao servidor docente em regime de DE dedicar tempo de labor em empresa, ainda que fora do horário de trabalho ou de expediente na UFSM.

29. No caso específico do servidor requerente, contudo, **não se vislumbra enquadramento legal nas exceções de modo a possibilitar a autorização** para o exercício das atividades, até mesmo porque representará prejuízo às atividades da unidade universitária de origem e, por conseguinte, da UFSM, que disponibilizará servidor docente em regime de dedicação exclusiva na instituição para atividades laborais para pessoa jurídica diversa.

30. Logo, eventual interesse de servidor(a) público(a) federal docente em regime de DE exercer atividades laborais em pessoa jurídica diversa, como é sabido, **exige** prévia alteração de regime de trabalho nos termos do artigo 22 da Lei nº 12.772/2012, ou mesmo a obtenção de afastamento sem remuneração na forma da Lei nº 8.112/1990 ou, ainda, na Lei nº 10.792/2003, cujo artigo 15 assim prevê:

Art. 15. A critério da administração pública, na forma do regulamento, poderá ser concedida ao pesquisador público, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração para

constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação.

§ 1º A licença a que se refere o caput deste artigo dar-se-á pelo prazo de até 3 (três) anos consecutivos, renovável por igual período.

§ 2º Não se aplica ao pesquisador público que tenha constituído empresa na forma deste artigo, durante o período de vigência da licença, o disposto no [inciso X do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990](#).

§ 3º Caso a ausência do servidor licenciado acarrete prejuízo às atividades da ICT integrante da administração direta ou constituída na forma de autarquia ou fundação, poderá ser efetuada contratação temporária nos termos da [Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993](#), independentemente de autorização específica.

31. Por fim, quanto à *quarta* pergunta, cabe acrescentar que o tipo de situação descrita no questionamento dificilmente escapa de caracterização como situação com conflito de interesses entre o exercício do cargo público e a sociedade mencionada, podendo repercutir em vedação legal de contratação, pela Administração Pública, de empresas das quais o servidor público seja sócio ou cotista.

32. Nesse sentido, pede-se vênia para rememorar trecho do Acórdão nº 5770/2014-TCU-2ª Câmara (Processo nº TC 034.343/2011-3) ao apreciar representação em face da UFSM com a seguinte determinação, no que interessa:

"ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão desta 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer e julgar parcialmente procedente a representação;

9.2 acolher parcialmente as razões de justificativa dos responsáveis ouvidos em audiência;

**9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Maria que:**

**9.3.1** reexamine a prestação de contas do Contrato 14/2005 à luz dos seguintes critérios e fundamentos expostos na instrução da Secex-RS:

(...)

**9.5** dar ciência à UFSM que a Lei de Inovação (Lei 10.973/2004), como lei específica, não afasta as disposições gerais aplicáveis aos contratos públicos dispostas na Lei 8.666/1993 e os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, e que a celebração de contratos de licenciamento de software de propriedade da universidade, ainda que seja sem exclusividade, **deve ser precedida de efetiva publicidade e atentar para os requisitos e as vedações da Lei de Licitações e Contratos;**

(...)

9.8 autorizar o arquivamento dos autos após a adoção das medidas constantes dos itens 9.3 a 9.5 da presente deliberação.

10. Ata nº 37/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/10/2014 - Ordinária." (grifou-se).

33. E o artigo 9º da Lei nº 8.666/1993 mencionada, assim dispõe:

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

34. Isso, sem prejuízo da possibilidade legal conferida pelo artigo 15 da Lei nº 10.792/2003, cuja regra permite a concessão de licença sem remuneração ao pesquisador público efetivo "constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação".

35. Finalmente, não é demais recomendar que seja observada a legislação vigente sem se olvidar, ainda, que eventual ilegalidade de ato pode decorrer de desvio de finalidade. Rememora-se, então, que *desvio de finalidade*, no direito administrativo, pode ser conceituado como "O defeito de fim, denominado desvio de poder ou desvio de finalidade, 'verifica-se quando o agente pratica ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência'"<sup>1</sup>, cujo conceito é extraído a partir da previsão legal do artigo 2º, parágrafo único, alínea "e", da Lei nº 4.717/1965<sup>2</sup>, perfeitamente aplicável para as hipóteses mencionadas na consulta.

36. Essa é a orientação.

#### 4. CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, em resposta às consultas, **opina-se** pela juridicidade limitada, nos termos das respostas aos questionamentos contidos na fundamentação (itens 23, 24, 25, 28, 31 e 35).

38. É o entendimento.

39. Registre-se e encaminhe-se à **PROGEP**, com cópia para a **AGITTEC** (*exclusivamente via eletrônica*), para ciência e providências.

Santa Maria, 18 de março de 2020.

**Rubem Corrêa da Rosa**  
Procurador-Chefe da PF/UFSM  
Matrícula 1553186 - OAB/RS 57.855

---

<sup>1</sup> MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno, 9ª ed. Revisada e atualizada, Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 177.

<sup>2</sup> Lei nº 4.717/1965:

Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:

- a) incompetência;
- b) vício de forma;
- c) ilegalidade do objeto;
- d) inexistência dos motivos;
- e) desvio de finalidade.

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:

- a) a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;
- b) o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;
- c) a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;
- d) a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;
- e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS  
JURÍDICO

AV. RORAIMA, 1000, ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UFSM, REITORIA, SALA 757. BAIRRO CAMOBI. SANTA MARIA - RS.

---

**NOTA n. 00186/2021/PROJUR/PFUFSM/PGF/AGU**

**NUP: 23081.049752/2021-54**

**INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM**

**ASSUNTOS: ENQUADRAMENTO**

1. Trata-se de expediente administrativo contendo consulta formulada pelo Departamento de Engenharia Química do Centro de Tecnologia (CT) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme relato contido no Memorando s/nº-Portal de Documentos, datado de 11/06/2021, encaminhado com o seguinte despacho de remessa pela Direção do CT:

"Encaminho a PROJUR para análise e parecer quanto aos aspectos que envolvem a dedicação exclusiva, tendo em vista que este tem sido questionamento recorrente no âmbito do Centro de Tecnologia. Principalmente, devido ao novo cenário vivido em que a disseminação do conhecimento via web tem sido cada vez mais frequente."

2. Aportam os autos nesta Procuradoria Federal contendo três (3) eventos na ordem processual.

3. É o breve relato.

4. Preliminarmente, gize-se que consoante preceitua o artigo 131 da Constituição Federal de 1988, assim como preveem os artigos 11 e 18 da Lei Complementar nº 73/1993 e o artigo 10 da Lei nº 10.480/2002, incumbe a este Órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, vinculado à Advocacia-Geral da União, prestar consultoria e assessoramento sob o prisma jurídico, bem como auxiliar no controle da legalidade dos atos administrativos, sendo que a análise da conveniência e oportunidade dos atos administrativos compete à Administração do ente assessorado.

5. Passa-se à análise.

6. Primeiramente, cabe rememorar a incidência da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos servidores federais civis), cujo o inciso X do artigo 117 proíbe ao(à) servidor(a) público(a) o exercício de fato de gerência ou administração de sociedade privada personificada ou não personificada em concomitância com o desempenho de cargo público, com a exceção de seu parágrafo único (dentre as quais a licença para o trato de assuntos particulares), sendo que tal vedação por certo aplica-se aos servidores docentes das carreiras e cargos do magistério federal (art. 1º, § 5º, da Lei nº 12.772/2012).

7. Entretanto, esclarece o Manual de Processo Administrativo Disciplinar da Controladoria-Geral da União, juntamente com a Corregedoria-Geral da União, que a vedação abrange apenas sociedades empresariais ou mesmo o exercício de forma individual. Veja-se:

"Importante ressaltar que não estando abrangidas entre os conceitos legais de sociedade, a participação dos servidores na gerência ou administração de associações, fundações, organizações religiosas ou partidos políticos não é vedada por este dispositivo." (Manual de PAD, CRG/CGU. Brasília, edição de maio de 2019, p. 206).

8. Dito isto, além dessa vedação geral o exercício de atividades empresariais de sociedade personificada ou não, na legislação de regência da carreira, a **regra é a vedação do exercício de atividades remuneradas** diversas, públicas ou privadas, **aos servidores docentes em regime de dedicação exclusiva**, nos termos do artigo 20, § 2º, da Lei nº 12.772/2012, **cabendo ao artigo 21 dessa mesma Lei trazer as exceções** a esse dispositivo, *in verbis*:

Art. 20. (...)

§ 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva **implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.**

(grifou-se).

9. Destarte, considerando que houve questionamentos similares anteriores, reporta-se aos termos da Nota nº 34/2020/PROJUR/PFUFISM/PGF/AGU anexa, que trata do tema de forma ampla, a partir das limitações gerais dos servidores públicos até as específicas dos servidores docentes em regime de trabalho de dedicação exclusiva quanto ao exercício de outras atividades remuneradas.

10. No caso posto no memorando vestibular, conforme o ajuste e forma da pagamento, o inciso VI do artigo 21 da Lei nº 12.772/2012 (idem art. 5º, VI, da Resolução nº 18/2019-UFSM) admite a percepção de valores a título de direitos autorais:

"Art. 21. No regime de dedicação exclusiva, será admitida, observadas as condições da regulamentação própria de cada IFE, a percepção de:

(...)

VI - **direitos autorais** ou direitos de propriedade intelectual, nos termos da legislação própria, e ganhos econômicos resultantes de projetos de inovação tecnológica, nos termos do art. 13 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;

(...)"

11. Por sua vez, se o servidor interessado entender que sua atividade se enquadraria no inciso XII do artigo 21 da Lei 12772/2012 (art. 5º, XII, da Resolução nº 18/2019-UFSM), além de não poder "afetar os compromissos acadêmicos de ensino, de pesquisa e de extensão" na instituição, deverá então requerer autorização para essa participação na forma dos artigos 6º e 7º da Resolução nº 18/2019-UFSM.

12. Contudo, desde já sinalo-se o entendimento desta Procuradoria Federal de que a percepção de remuneração por atividades típicas de ensino em cursos externos ministrados por servidores docentes em regime de dedicação exclusiva não se enquadraria em tal exceção, configurando potencial de quebra de proibição e infração disciplinar.

13. Diante do exposto, **em conclusão**, reporta-se à fundamentação supra em relação aos enquadramentos legais possíveis e admitidos para as atividades referidas na consulta pelo servidor docente.

14. É o entendimento.

15. Registre-se e encaminhe-se à **Direção do CT**, para ciência e providências.

Santa Maria, 17 de junho de 2021.

**Rubem Corrêa da Rosa**  
Procurador-Chefe da PF/UFSM  
Matrícula 1553186 - OAB/RS 57.855

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23081049752202154 e da chave de acesso 65acea45





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS  
JURÍDICO

AV. RORAIMA, 1000, ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UFSM, REITORIA, SALA 757. BAIRRO CAMOBI. SANTA MARIA - RS.

**NOTA n. 00187/2021/PROJUR/PFUFESM/PGF/AGU**

**NUP: 23081.039042/2021-16**

**INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM**

**ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS**

1. Trata-se de expediente administrativo contendo consulta formulada pelo Departamento de Administração do Campus de Palmeira das Missões (PM) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), contida na ata do evento 3 quando da apreciação do requerimento e Memorando nº 011/2021-DADM/Campus PM (eventos 1 e 2), encaminhada com o seguinte despacho de remessa pela Direção do Campus:

"Atendendo a solicitação da chefia do Departamento de Administração, da Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, respeitosamente solicito esclarecimentos quanto a questão em destaque.

Cordialmente."

2. Aportam os autos nesta Procuradoria Federal contendo cinco (5) eventos na ordem processual.

3. É o breve relato.

4. Preliminarmente, gize-se que consoante preceitua o artigo 131 da Constituição Federal de 1988, assim como preveem os artigos 11 e 18 da Lei Complementar nº 73/1993 e o artigo 10 da Lei nº 10.480/2002, incumbe a este Órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, vinculado à Advocacia-Geral da União, prestar consultoria e assessoramento sob o prisma jurídico, bem como auxiliar no controle da legalidade dos atos administrativos, sendo que a análise da conveniência e oportunidade dos atos administrativos compete à Administração do ente assessorado.

5. Passa-se à análise.

6. Primeiramente, cabe rememorar que, além da incidência da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos servidores federais civis) quanto aos deveres e proibições aos(as) servidores(as) públicos(as) federais (artigos 116 e 117) aos(as) docentes das carreiras e cargos do magistério federal (art. 1º, § 5º, da Lei nº 12.772/2012), na legislação de regência da carreira, a **regra é a vedação do exercício de atividades remuneradas** diversas, públicas ou privadas, **aos servidores docentes em regime de dedicação exclusiva**, nos termos do artigo 20, § 2º, da Lei nº 12.772/2012, **cabendo ao artigo 21 dessa mesma Lei trazer as exceções** a esse dispositivo, *in verbis*:

Art. 20. (...)

§ 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva **implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.**

(grifou-se).

7. Destarte, considerando que houve questionamentos similares anteriores, reporta-se aos termos da Nota nº 34/2020/PROJUR/PFUFESM/PGF/AGU anexa, que trata do tema de forma ampla, a partir das limitações gerais dos

servidores públicos até as específicas dos servidores docentes em regime de trabalho de dedicação exclusiva quanto ao exercício de outras atividades remuneradas.

8. No caso posto no memorando vestibular em cotejo com os termos do requerimento, o inciso VIII do artigo 21 da Lei nº 12.772/2012 (idem art. 5º, VIII, da Resolução nº 18/2019-UFSM) admite a percepção de valores a título de pro labore ou cachê em algumas situações, *in verbis*:

"Art. 21. No regime de dedicação exclusiva, será admitida, observadas as condições da regulamentação própria de cada IFE, a percepção de:

(...)

VIII - retribuição pecuniária, na forma de pro labore ou cachê pago diretamente ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em **palestras, conferências, atividades artísticas e culturais** relacionadas à área de atuação do docente;

(...)

§ 1º Considera-se esporádica a participação remunerada nas atividades descritas no inciso VIII do caput, **autorizada pela IFE**, que, no total, não exceda 30 (trinta) horas anuais.

(...)" (grifou-se).

9. Por sua vez, a atuação do(a) servidor(a) interessado(a) na atividade que entender se enquadrar no inciso VIII e § 1º do artigo 21 da Lei 12772/2012 (art. 5º, VIII, da Resolução nº 18/2019-UFSM), além de não poder "afetar os compromissos acadêmicos de ensino, de pesquisa e de extensão" na instituição, depende de prévia autorização para essa participação na forma dos artigos 6º e 7º da Resolução nº 18/2019-UFSM.

10. Eventual atraso na apreciação de requerimento tempestivo, por sua vez, eventualmente possibilitaria a convalidação do ato mediante referendo da autorização inicial pela chefia.

11. Contudo, desde já sinalo-se o entendimento desta Procuradoria Federal de que a percepção de remuneração por atividades típicas de ensino em cursos externos ministrados por servidores docentes em regime de dedicação exclusiva não se enquadraria em tal exceção, configurando potencial de quebra de proibição e infração disciplinar.

12. Nesse sentido, inclusive, é a expressa disposição do parágrafo único do artigo 6º da Resolução citada:

"Parágrafo único. A participação de docentes da UFSM como professores em cursos em todos os níveis de ensino (básico, técnico, tecnológico e superior) em outras instituições de ensino públicas e privadas não é considerada colaboração esporádica."<sup>[1]</sup>

13. Diante do exposto, **em conclusão**, nos termos da fundamentação supra, opina-se pela impossibilidade legal de autorização para as atividades referidas na consulta pelo(a) servidor(a) docente, devendo o Colegiado Departamental encaminhar o caso à Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo (COPSIA) para providências no caso de a atividade vedada ter sido realizada.

14. É o entendimento.

15. Registre-se e encaminhe-se à **Direção do Campus UFSM/PM**, para ciência e providências.

Santa Maria, 17 de junho de 2021.

**Rubem Corrêa da Rosa**  
Procurador-Chefe da PF/UFSM  
Matrícula 1553186 - OAB/RS 57.855

## Notas

1. <sup>^</sup> Exceção feita para a colaboração (total ou parcial), devidamente autorizada, para outra instituição federal de ensino ou de pesquisa, com fundamento no artigo 30 da Lei nº 12.772/2012.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS  
JURÍDICO

AV. RORAIMA, 1000, ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UFSM, REITORIA, SALA 757. BAIRRO CAMOBI. SANTA MARIA - RS.

**COTA n. 00115/2021/PROJUR/PFUFISM/PGF/AGU**

**NUP: 00887.000431/2021-81**

**INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM**

**ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS**

1. Trata-se de consulta encaminhada via mensagem eletrônica pelo Secretário do Departamento de Psicologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em relação à possibilidade legal *de docente efetivo com DE para participação esporádica em curso de especialização com remuneração em outra instituição* e se isso poderia ocorrer mediante remuneração.

2. A consulta foi recebida nesta unidade de Procuradoria Federal, tendo sido registrada e autuada no sistema da AGU sob a numeração em epígrafe.

3. É o breve relato. Passa-se à análise.

4. A Ordem de Serviço Conjunta nº 01/GR/PF-UFSM, de 11 de novembro de 2013, estabelece a competência consulente para a formalização de solicitações de manifestações jurídicas à Procuradoria Federal junto à UFSM, assim dispondo seu artigo 3º:

Art. 3º. As consultas jurídicas à PF/UFSM devem ser feitas exclusivamente pelos seguintes Órgãos da Administração Superior da UFSM, que detenham competência para exarar manifestação ou para proferir decisão acerca da matéria em relação a qual haja dúvida jurídica a ser dirimida:

I – Reitoria;

II – Vice-Reitoria;

III – Conselho Universitário (CONSU);

IV – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);

V – Conselho de Curadores;

VI – Assessorias da Reitoria;

VII – Pró-Reitorias da UFSM;

VIII – Direções de Centro.

5. No caso, muito embora não se vislumbre competência consulente do responsável pela consulta, a fim de prevenir a ocorrência de eventual infração disciplinar por servidor(a) docente e, quiçá, com a participação da Chefia Imediata do Departamento Didático interessado, **entende-se** por responder aos questionamentos com base nas manifestações consultivas anteriores sobre o tema, em especial a NOTA nº 0187/2021/PROJUR/PFUFISM/PGF/AGU (cópia anexa).

6. Assim, passa-se à resposta a cada um dos questionamentos que dizem respeito à matéria de pessoal (regime de trabalho):

1. (...) Gostaríamos de saber se é possível a participação da mesma, pode dar aula/palestras remunerada fora da instituição? **Não é lícito que servidor docente em regime de trabalho com dedicação exclusiva participe, ainda que de forma esporádica, em curso de especialização com remuneração por outra instituição de ensino pública ou privada (Lei nº 12.772/2012, art. 20, § 2º, e Resolução UFSM nº 18/2019, art. 6º, parágrafo único); a participação em palestras mediante remuneração pode ser realizada, desde que previamente autorizada e no limite horário anual, na forma da Lei nº 12.772/2012 (art. 21, VIII, e § 1º) e Resolução UFSM nº 18/2019 (art. 5º, VIII e § 4º, e art. 7º).**
2. *Também, na última reunião de colegiado, surgiu a seguinte dúvida: se tratando de dar aulas/palestras não remuneradas fora da instituição, ou dentro da UFSM, mas que não seja no departamento de psicologia, é necessário aprovação do colegiado do departamento? Desde que efetivamente não haja remuneração, sendo a palestra dentro ou fora da instituição, a autorização seria necessária apenas se ocorrer durante a jornada de trabalho do servidor docente ou com potencial possibilidade de prejuízo às suas atividades regulares (de ensino, pesquisa, extensão e administrativas) na UFSM.*

7. Destarte, entende-se pela necessidade de observância dessas orientações e, ainda, dos procedimentos da Resolução UFSM nº 18/2019, que *Dispõe sobre as atividades do Magistério Federal da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)*, se houver necessidade de obtenção de autorização.

8. É o entendimento.

9. Registre-se e encaminhe-se à **solicitante**, para ciência.

Santa Maria, 15 de dezembro de 2021.

**Rubem Corrêa da Rosa**  
Procurador-Chefe da PF/UFSM  
Matrícula 1553186 - OAB/RS 57.855

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00887000431202181 e da chave de acesso 38d2e37b